

JORNAL DA TARDE

O novo Congresso e as esperanças da Nação

Com a posse do novo Congresso e com a eleição de seus dirigentes, está começando uma nova e decisiva etapa do processo de abertura política. Desde 64, nunca houve uma eleição tão livre como a de novembro, onde retornaram à vida pública quase todos os que haviam sido presos, cassados ou exilados. E nunca, nestes últimos difíceis dezenove anos, o eleitorado foi tão preciso na sua escolha, repudiando, em geral, os radicais e elegendo uma ampla maioria de parlamentares disposta a pautar-se pela moderação.

Assim sendo, o diálogo e a conciliação poderão ser a tônica dominante dessa nova legislatura. O que não deixa de ser animador quando se sabe que, no decorrer do ano, alguns sérios desafios terão de ser forçosamente enfrentados. No campo econômico, onde uma recessão prolongada e taxas de juro absurdas vão desarrumando nosso parque industrial, o grande obstáculo está na crise de liquidez do País: apesar do acordo com o FMI, nada garante que o sistema bancário internacional continuará oferecendo crédito em escala capaz de cobrir o desequilíbrio estrutural de nosso balanço de pagamentos.

Assim, à medida que estaremos permanentemente confrontados com a sombria hipótese da moratória, o Brasil terá necessariamente de reformular sua política externa, uma vez que o apoio dos Estados Unidos, por meio de seus votos nos organismos financeiros multilaterais e de seu poder de indução sobre os grandes bancos norte-americanos, pode vir a ser decisivo. Evidentemente, isso contraria os atuais interesses do Itamaraty — mas é bom lembrar que uma das tarefas do Congresso é, justamente, como reza a Constituição, a de influir e controlar a formulação de uma ampla estratégia diplomática.

Já no plano social, onde as tensões se tornaram ainda maiores depois da decisão do governo de alterar a política salarial, valendo-se do autocrático recurso ao decreto-lei do Executivo — que o Congresso poderá aprovar ou não —, o grande obstáculo está na falta de perspectiva para todos os segmentos da sociedade. Descapitalizado e sem saber como balizar suas ações, já que as autoridades econômicas arquivaram quaisquer compromissos com a coerência de seus atos, com a clareza de seus pronunciamentos e com a seriedade de suas decisões, o empresariado encontra-se cada vez mais sem condições de lutar, quer contra a voracidade fiscal quer contra o avanço de seu principal concorrente — o Estado-trombadão. Os assalariados das classes médias, por sua vez, vivem o pesadelo do desemprego e a realidade de seu declínio social.

Ora, como a possibilidade de ascensão social é condição fundamental para o vigor de uma sociedade aberta, a simples perspectiva de sua massificação pode constituir-se, num espaço de tempo menor do que se imagina, ponto de estrangulamento de nosso desenvolvimento político. Quanto aos trabalhadores, sua situação é angustiante: a recessão tornou o esforço pela manutenção do emprego um desafio a ser vencido a cada dia de trabalho, enquanto a esperança de ascender na hierarquia social se encontra momentaneamente congelada. É preciso não esquecer que, entre nós, o alto grau de mobilidade social das últimas décadas propiciou ordem e estabilidade; do mesmo modo, não se pode esquecer que, quando a luta por direitos dá lugar à luta pela sobrevivência, aumentam dramaticamente os índices de criminalidade e os atos de afronta às autoridades estabelecidas; não se pode esquecer, finalmente, que a função social do Congresso é, justamente, a de ser uma caixa de ressonância dos temores e das expectativas de todos os brasileiros.

No âmbito político, finalmente, o maior obstáculo é a adaptação do Executivo à nova realidade de equilíbrio institucional emanada das urnas, em novembro último. As recentes denúncias de negociações, desmandos, tráfico de influência e despotismo nos mais diversos setores governamentais, da Nuclebrás ao BNH, passando pela própria comunidade de segurança e informações, nada mais revelam do que o óbvio: todas as vezes em que os controles parlamentares e judiciais são atrofiados, o autoritarismo é mortalmente ferido pelo câncer da corrupção sistêmica. E não é a mera troca de ministros e tecnocratas que poderá moralizar a administração pública, porém a ação de um Legislativo soberano e atuante — ação essa que o novo Congresso tem todas as condições para desenvolver de forma pertinaz e eficiente.

Ao mesmo tempo, a posse dos novos governadores oposicionistas também irá obrigar o Planalto a relegar a segundo plano seu estilo quase imperial de gestão, comum à época dos generais Médici e Geisel. Entre outras razões, porque as oposições receberam os votos de 70% do eleitorado nacional, basicamente concentrados numa área que realiza cerca de 75% do PIB, tornando-se francamente majoritárias em 19 das 23 capitais de Estado, e assumindo as prefeituras de 83 das cem maiores cidades brasileiras. Elas passam, assim, a controlar os governos locais das regiões que concentram 90% do produto industrial, 95% dos meios de comunicação relevantes, 90% do ensino superior e 90% das classes médias modernas.

As oposições, no entanto, só têm condições de desempenhar corretamente o mandato que lhes foi outorgado se souberem compor-se com o governo federal — o que configura um curioso dilema, cuja solução pode e deve ser encaminhada pelo Congresso. De um lado, os novos governadores sabem que podem atuar como catalisadores das insatisfações sociais, transformando-as em pressão sobre o Planalto. De outro, porém, o Planalto também sabe que a maioria dos novos governadores não tem recursos sequer para as despesas de custeio, motivo pelo qual, sem seu auxílio, podem não conseguir contornar a tensão em seus Estados.

Eis, portanto, os desafios que dão condições ao novo Congresso para ser o novo condutor do processo de abertura. Caberá a ele encaminhar soluções, eliminar antagonismos, harmonizar expectativas em função de anseios não demagógicos e exigir unidade administrativa e eficiência do governo. Por tudo isso, é necessário que os novos congressistas não frustram a expectativa da Nação que lhes outorgou mandato em novembro último — entre outras razões, porque a abertura já não depende exclusivamente do general Figueiredo. Justiça lhe seja feita, sua promessa de democratização é quase uma realidade.